

Etapismo e Conciliação: Notas Sobre a Exclusão da Diferença (e do Dissenso) em Antonio Candido

Statism and Conciliation: Notes on the Exclusion of Difference (and Dissent) in Antonio
Candido

FABIO POMPONIO SALDANHA¹

DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2022v2i1p39-70>

RESUMO: O artigo relê uma seleção de textos de Antonio Candido (tanto sociológicos, quanto didáticos e de crítica literária), buscando demonstrar, a partir da explicitação do método do crítico da síntese entre opostos, como se dá a exclusão da diferença e da possibilidade de dissenso dentro de seu raciocínio. Privilegiando na argumentação deste artigo os momentos em que Candido estabelece uma hierarquia etapista entre campo e cidade, literatura não-canônica e literatura canônica, particular e universal, buscando demonstrar que o tópos da história é a preferência do segundo termo em detrimento do primeiro, o artigo busca questionar a chave de leitura de Candido a partir de sua teoria de que o dito pelo crítico é tido como natural, facilmente observável e descrito como obviedade sendo que, em um momento de análise, se torna perceptível o movimento de apagamento da diferença e do dissenso a partir da conciliação (momento chave da síntese) que reitera padrões estéticos como universais, quando os mesmos são, em realidade, particulares (geralmente representados pela figura do homem branco europeu).

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Candido; Teoria crítica; conciliação; etapismo; diferença.

ABSTRACT: The article rereads a selection of texts from Antonio Candido (both sociological, didactic and literary criticism) seeking to demonstrate, from the explanation of the critic's method of synthesis between opposites, how the exclusion of difference and possibility of dissent occurs within his arguments. The central point of this article, privileging the moments in which Candido establishes a statist hierarchy between the countryside and the city, non-canonical literature and canonical literature, particular and universal, seeking to demonstrate that the telos of history is the preference of the second term to the detriment of the first, the article seeks to question Candido's reading path from his theory that what is said is taken as natural, easily observable and described as obvious and, in a moment of analysis, the movement of erasure of difference and dissent through conciliation (the key moment of the synthesis) reiterates aesthetic standards as universal, when they are, in fact, particular (generally represented by the figure of the white european man).

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, em nível de Doutorado Direto, pela Universidade de São Paulo (PPG-DTLLC-USP); tem graduação pela mesma universidade, em Letras (Português/Japonês). Os resultados apresentados por este texto são frutos de uma bolsa de Mestrado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2021/03903-8). E-mail: fabio.saldanha@usp.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1926147719855869>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8655-1334>.

KEYWORDS: Antonio Candido; Critical Theory; conciliation; statism; difference.

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Da colônia à cidade, da literatura à sala de aula: etapismo e conciliação como metáforas de progresso; 3. Conclusão; 4. Referências.

1. Introdução²

A natureza da polêmica é o correlato da defesa de um modo de não leitura: através de frases cujo efeito é a máxima compressão, em uma estruturação quase aforística, o polemista busca, em soluções rápidas, neutralizar a chance de dissenso dentro de seu modo de ler, indicando que, pela formulação da polêmica em si, encontra-se um modo de ser e existir que transforma o objeto do olhar do polemista em algo que pode ser resolvido através do olhar só e somente só daquele que produz a polêmica, de modo a se evitar a própria leitura do objeto. Confiando que o autor da leitura (através da defesa de não ler o objeto, ou de silenciá-lo) já deu conta de fazer do objeto algo que não precisa mais ser levado em consideração por si só, partindo de soluções rápidas e omissas, frequentemente obliterando a possibilidade de citação e validando a neutralização da crítica indireta como o correto, a polêmica trabalha a partir do silenciamento do diferente através de uma possibilidade de culpabilizar o objeto pela imanência da leitura feita pelo polemista. (FOUCAULT, 1971; 2003).

Ainda que não seja autor de polêmicas ou que não tenha se envolvido em algo a ser considerado diretamente como tal, o nome de Antonio Candido na fortuna crítica fundacional da escola uspiana de crítica literária costuma atrair respostas que buscam garantir, para os escritos do intelectual, somente a estratégia de adesão, na qual qualquer questionamento, tensão e possibilidade de dissenso se encontrariam prejudicadas por serem tidas como perjúrio ou

² Agradeço a Fernanda Sousa e a Ariadne Caterine dos Santos pelas leituras e indicações tão cuidadosamente feitas nas versões anteriores deste texto. Ainda que a versão final, assim como as opiniões aqui redigidas, sejam de minha responsabilidade, creio que as matizações necessárias aos argumentos aqui apresentados (que talvez ainda não estejam feitas da melhor forma possível) não teriam adquirido o volume e a consistência sem os comentários feitos para o conteúdo redigido nos momentos em que apresentei versões prévias deste texto. Agradeço também aos comentários dos pareceristas anônimos e pelas indicações de leituras feitas através dos pareceres emitidos quando da submissão deste artigo para publicação.

polêmica. Alcir Pécora, quando da reedição do livro *O sequestro do barroco*, de Haroldo de Campos, em 2011, diz em resenha que a própria constituição da existência do estudo feito por Campos já é secundário (logo, talvez não merecendo reedição), ao considerar que o caso Gregório de Matos e a fundação da literatura nacional em disputa entre os críticos é uma polêmica "datada e vã" (PÉCORA, 2011). Ao dizer que Campos "ataca" Candido, Pécora parece defender a ideia de que, ao invés de ser necessário entender os argumentos de cada um, ao dar às diferenças argumentativas o tom de polêmica datada e vã, garante-se ao crítico que vê em Gregório de Matos uma possibilidade de construção de formação da literatura nacional o correlato da não necessidade da leitura e sequer reedição da obra, o que não parece ser dito do "atacado", ou seja, o livro *Formação da Literatura Brasileira*, de Candido.

Para citar ainda outros dois, Leyla Perrone-Moisés defende, em "Literatura para todos", na revista *Literatura e Sociedade* (2006), que a menção ao projeto intelectual de Antonio Candido, frente a novas mudanças no ensino de Literatura, parece estar sendo ameaçado e, com isso, a própria construção da democracia brasileira estaria em perigo, dado que ensinar literatura (aqui entendida como metonímia para a "literatura canônica") precisaria ser defendido a todo e qualquer custo:

[...] a Literatura é uma disciplina ameaçada. [...] O desprestígio progressivo do ensino da "alta literatura" ou "literatura difícil", representada pelos textos canônicos dos países e línguas, é um fato histórico universal. Esse desprestígio tem numerosas razões: vivemos a época da informação coletiva e rápida, e a leitura literária é uma atividade solitária e lenta; o relativismo cultural dominante põe em xeque as antigas tabelas de valores, sem as substituir por novas; respostas simples às grandes questões filosóficas e existenciais passaram a ser buscadas, por aqueles que ainda lêem, em manuais de auto-ajuda, mais reconfortantes do que os textos literários. (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 27).

O nome do crítico aparece através da menção ao discurso "O direito à literatura", no qual, segundo a autora:

A literatura, diz Antonio Candido, "corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita, sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza". [...] Palavras sábias que deveriam provocar a reflexão daqueles

professores de literatura que, desejando ser democráticos, privam os alunos dos textos "difíceis", supostamente elitistas. (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 29).

Já o volume 26, número 45, da revista *Cerrados*, feita em homenagem ao projeto de Antonio Candido, conta com o texto "A função da literatura nos trópicos: notas sobre as premissas evolucionistas de Antonio Candido", de Anita Martins Rodrigues de Moraes (2017), que é descrito pelos editores do número (Alexandre Pilati, Danielle dos Santos Corpas e Homero Vizeu Araújo), da seguinte forma:

Anita Martins Rodrigues de Moraes é autora do artigo provavelmente mais polêmico desta coletânea. Ela denuncia o que seriam as premissas evolucionistas de *Formação da Literatura Brasileira* e, valendo-se de Pierre Clastres, acusa, no desfecho do texto, o humanismo professado por Candido de ser etnocida, num procedimento analítico e retórico que atinge as raias do disparate, a nosso ver. De resto, enviamos o leitor ao ensaio em causa para que estabeleça seu próprio juízo. Por mais que discordemos da autora, para além da disposição democrática de acolher o contraditório, considerou-se que o artigo trata de levar ao paroxismo argumentos e ataques que já fazem parte da cena universitária brasileira e lusitana, o que não deixa de ser um testemunho do ponto a que chegamos. (PILATI; CORPAS; ARAÚJO, 2017, p. 2).

O que se busca pensar, então, não a partir das respostas a críticas ao projeto de Antonio Candido, mas sim a partir dos próprios escritos do intelectual, é se tal desejo de neutralização da diferença parte necessariamente daqueles que o lêem, ou seja, a quem cabe o tom de homenagem e aceitação do lido como a única forma possível de relação com os escritos do autor, ou se existiria, dentro da produção crítico-intelectual daquele que passa a ser chamado como o fundador de certa escola de análise literária a partir de sua excepcionalidade pessoal-intelectual (MORAES, 2020), também uma construção teórico-argumentativa que, privilegiando a cessão de dicotomias criadas pela própria argumentação textual, cria universos no qual o dissenso é neutralizado tendo como origem a solução do mesmo, cujo correlato seria o encerramento do diálogo a partir da exaustão da diferença.

Nos movimentos a seguir, dentro deste artigo, a partir de textos cujas bases analíticas variam entre os escritos sociológicos, literários e pedagógicos de Antonio Candido, busca-se demonstrar como o pensamento etapista e conciliador revelaria, na verdade, um projeto que reforçaria pressupostos muitas vezes ligados a um começo argumentativo do autor que vai se

exaurindo por se dar como resolvido: a colonização, o homem branco e exclusão da diferença traduzidos em nome do progresso. Entendido como "uma espécie de movimento dos contrários" que "buscava encontrar em cada tendência a sua componente oposta" (RUFINONI, 2017, p. 274), o método crítico de Antonio Candido é descrito como aquilo que é estruturado a partir de uma dupla articulação:

[...] a reflexão sobre as formas implica a percepção do complexo de relações que a sociedade articula, ao contrário da supervalorização autárquica da estrutura que, paradoxalmente, acaba por subestimá-la, uma vez que ao privá-la da sua substância mais produtiva, a historicidade, irremediavelmente a confina a uma espécie de generalidade sem objeto, sensoria das formas sem referencial. (RUFINONI, 2017, p. 268).

Esta formulação é exemplificada por Rufinoni a partir das conclusões de sua leitura quando Candido demonstra as relações entre Zola e o naturalismo brasileiro, especialmente no romance *O cortiço*, em que a crítica observa:

Fiel ao "sentimento dos contrários" que orienta sua crítica, cuja genealogia é tratada em seu ensaio "O significado de *Raízes do Brasil*", Antonio Candido articula o ritmo de dois movimentos opostos no romance, o que chama de "dialética do espontâneo e do dirigido"; de um lado, afinado com as características naturalistas, forças de caráter biológico que influem sobre a raça, o movimento centrípeto que atua de fora para dentro do cortiço; de outro lado, encarnando o projeto racional do ganhador de dinheiro, o movimento de dentro para fora, centrífugo, que concentra a luta do estrangeiro para vencer o meio. (RUFINONI, 2017, p. 270-271).

A forma criada para lidar com forças antagônicas dentro de seus textos privilegia a síntese possível entre os pares descritos e percebidos por Candido, ao mesmo tempo marcando, por exemplo, em "Crítica e sociologia" (2006b), que seu caminho sempre buscaria não privilegiar nem um, nem outro, dentro dos pólos que conteriam desvios de leitura por ignorar seu outro lado, sendo esses o estruturalismo e o sociologismo da literatura. A escolha dos textos a serem analisados aqui se dá de acordo com as premissas estabelecidas pelo próprio autor, de modo a demonstrar, ao mesmo tempo em diálogo com outros críticos de sua obra que não

privilegiam a adesão somente pelo elogio e pela homenagem,³ que a estrutura sintetizante (chamada por mim de conciliadora) não está somente presente nos escritos de crítica literária de Antonio Candido: as forças opostas em choque já aparecem como base estruturante do pensamento candidiano, por exemplo, em *Os parceiros do Rio Bonito* (2017a) e atravessam certo movimento teleológico que iguala a construção da história como uma fé no progresso, no desenvolvimento humano e, por isso, também vai revelando certa estrutura etapista dentro do pensamento do crítico que esconde a exclusão do diferente e da possibilidade de dissenso ao considerar que o movimento do crítico é algo possivelmente feito por todo e qualquer observador que simplesmente olhe para o conteúdo ali descrito, dado que este seria natural, óbvio.

A tentativa de leitura, então, de textos do crítico em que estes dois termos são utilizados para entender novas formas de adesão a padrões considerados como bons (majoritariamente europeus), se estabelece a partir da marcação dos momentos argumentativos de Candido em que a tentativa de síntese também revela seu correlato, a violência epistêmica da determinação de um caminho a ser seguido e, como buscará ser mostrado, é lido pelo crítico como um caminho natural, óbvio, a ser visto por todo e qualquer leitor, mas que esconde, subsume, o movimento anterior segundo o qual a história e o passar do tempo tem direção e sentidos únicos, sendo qualquer ação (ou modo de ler) que não passe por esses termos estabelecidos como corretos a partir da síntese uma espécie de regressão, distorção do movimento esperado a partir da descrição candidiana.

2. Da colônia à cidade, da literatura à sala de aula: etapismo e conciliação como metáforas de progresso

Se o caipira é a prova viva de que o contato entre uma civilização tida como superior (o português) com uma inferior (o índio) pode fazer com que o produto seja um intermédio que só

³ Como Melo (2014; 2020), Moraes (2015; 2017; 2020), Natali (2020), Penna (2020) e Ricotta (2017).

pode significar regressão para o primeiro pólo e pouco adicionar para o segundo (CANDIDO, 2017a), seria através do estudo da alimentação dos caipiras, em *Os parceiros do Rio Bonito*, que Antonio Candido provaria essa teoria, em seu doutoramento na Faculdade de Sociologia da Universidade de São Paulo. Com algo que poderia, sem chance de ser considerado exagero, exprimir um olhar determinista para a formação da classe descendente do bandeirante, Antonio Candido busca, através deste estudo, observar o caráter seminômade e, ao mesmo tempo, que se deteriora a ponto de criar uma forma de vida primitiva, cuja definição máxima se dá pela obtenção do mínimo, daquilo a garantir certa forma de (sobre)vivência sem comunicação com outros pólos da civilização.

O outro não tão escondido que baliza as formulações do contato português-bandeirante-índio de acordo com o autor passa a se mostrar cada vez mais, conforme a argumentação segue, sendo o ponto de percepção a partir do qual o autor fala algo que necessariamente se mostra como melhor, ou, ao menos, cujo campo de conexões gerou algo que ultrapassa a (sobre)vivência, o domínio da rudimentaridade do mínimo: a cidade. Falando a partir do pressuposto de que a cidade só pode significar mais inclusão, acesso e modos de vida melhores, ou seja, mais ligados à herança natural da colonização e do colonizador (por serem europeus), Antonio Candido encerra seus argumentos mostrando o outro lado da moeda, ou seja, o caipira, o rudimentar, aquele que vive dos mínimos e se torna um ser isolado do mundo, aquém e além da civilização, reivindicando a necessidade de que tal cenário de total isolamento não se complete pois, sem a possibilidade de missão salvadora da cidade frente ao caipira, as condições nefastas estariam em um plano específico, a vida rural sem permissão de acesso a algo considerado normal, que forma pessoas da melhor maneira possível, incluindo nisso sua vida sexual e a formação de parentesco. Notemos pelas seguintes conclusões do autor:

No Brasil, o erotismo zoofílico é comum nas zonas rurais, tendo sido Gilberto Freyre o primeiro a chamar sobre ele a atenção dos estudiosos, tratando da formação sexual do menino de engenho. De um ponto de vista psicossociológico, não se pode reputá-lo anormalidade. Nas fazendas e sítios, a iniciação à vida do sexo dá-se muitas vezes com animais, sendo que as novilhas, eguinhas e carneiras fixam de preferência o erotismo infantil e juvenil. A expressão eufêmica "encostar no barranco", referente ao ato sexual em geral, deriva de tais práticas e revela a sua generalidade.

Na área estudada elas são correntes, e como nem todos possuem gado de porte, os meninos e os jovens utilizam também as cabras, porcas e galinhas, mais acessíveis pela criação doméstica. Pode-se dizer que isso equivale à "masturbação compensadora" (Forel), corrente nas cidades, sendo, como ela, etapa transitória de iniciação, superada sem dificuldade aos primeiros contatos com mulher, que se estabelecem cedo devido ao casamento precoce. Num e noutro caso, apenas a incorporação definitiva aos hábitos sexuais do adulto poderia ser considerada desvio; e tudo bem pesado, a prática rural talvez seja menos nociva que a urbana, pois repousa menos na imaginação. Proporcionando ao adolescente um certo contato direto com a realidade, ela diminui o perigo de inibições e desvios, que podem desenvolver-se em relação ao ato normal do sexo. (CANDIDO, 2017a, p. 290).

Ainda que a menção a *Casa Grande & Senzala* se dê em rodapé, no qual Candido destaca a formação sexual do menino de engenho a partir do encontro com animais, seria impossível não perceber, nos dois capítulos do livro de Freyre, o momento em que o autor exclui o entendimento da aliança entre senhores brancos e negros escravizados no período colonial a partir daquilo a tomar forma como acontecimento violento: o estupro.⁴ As descrições

⁴ Há de se destacar dois fatores importantes para a constituição do apagamento das discussões sobre violência racial originada no período colonial em Candido, como um tópico que reverbera nos outros escritos a serem aqui discutidos. Quando privilegia o olhar para a iniciação sexual do caipira com animais e cria a relação com *Casa Grande & Senzala* a partir disso, não destacando como possibilidade de olhar para os capítulos em que Freyre discute a "influência" do negro na vida sexual do homem branco, podemos ver a continuidade do não questionamento do que ali está sendo embasado como não problematizável: a violência infligida ao sujeito negro baseado na antinegritude, com a inflexão de gênero também indicando uma segunda violência à mulher negra escravizada. Quando o destacado por Candido como possível anomalia (a ainda ser considerada não tão anormal, desde que o caipira seja retirado do campo) vem somente do comportamento do caipira, ou seja, do descendente degenerado do português miscigenado, e não o do menino de engenho que não é colocado em suspeição (por ser europeu, português, sem o contato com a miscigenação), reforça-se que este traço do passado, quando visto agora no presente, já se daria como vencido e superado, já que o Brasil não seria mais colônia na época do escrito candidiano. O apagamento da discussão no presente também retira de cena a própria chance de se discutir o passado enquanto algo violento, dado que a normatização do comportamento do menino de engenho passa a ser considerado necessário e parte da vida que também regulamenta a própria constituição de quem é considerado sujeito no período colonial, não deixando de ter reverberações no dito a respeito do presente. Ao não considerar o que Freyre diz ser "influência" como algo a ser traduzido como normatização da violência, lê-se sem ser de maneira forçosa que ali há tanto uma relação de concordância quanto a consideração de que aquilo não é mais necessariamente tópico para discussão. A herança deste pensamento que privilegia a constituição do homem branco dono de engenho enquanto alguém que pareceria ser seduzido pela mulher negra escravizada se encontra, por exemplo, descrito no que Saidiya Hartman (1996) caracteriza como as artimanhas do poder perante a ideia mesma da sedução. Ao descrever enquanto problema no texto em questão casos nos quais escravizadas eram levadas à corte mediante reações contra tentativas de estupro vindas de senhores de engenho, o discutido por Hartman passa a ser uma construção da mulher negra escravizada como aquela que não tem direito a dizer não (a ideia de que "o não é um sim"), já que sua agência, quando vista, estaria ligada à possibilidade de sempre ter como característica intrínseca o desejo, que seria lido, pela parte do senhor de engenho, como um convite transparente à relação sexual. Voltando para a conjunção Freyre-Candido, nota-se que o primeiro poderia ser visto em uma ótica

quase nostálgicas que perpassam causos de homens brancos que só conseguiriam se relacionar com suas mulheres (também brancas) se, em primeiro momento, fosse colocado algo na cama a relembrar o cheiro das amas-de-leite, ou mesmo dos homens em que o ato da amamentação a partir de mulheres escravizadas tenha criado não só "predileção", mas "exclusivismo" de gozo (cf. FREYRE, 2003, p. 368), deixam de indicar a partir da narrativa de Freyre aquilo a de fato se desenhar desde tempos anteriores, quando do sequestro de populações inteiras do continente africano dentro de um navio tumbeiro. O sumiço dos termos, a construção do assalto sexual como algo que é visto só e somente só pelo lado daquele a quem se passa a ver como uma memória doce e antiga, perpassam o tempo até a naturalização completa da submissão forçada de uns em detrimento de outros quando o caráter racial da desigualdade no Brasil passa sem questionamento profundo, ou gerador de uma fundação na sociedade brasileira, nos escritos de Antonio Candido.⁵

Isso se dá, em um primeiro momento, a meu ver, a partir da própria construção do que é o Brasil de fato, enquanto também noção de nação, como muito é debatido a partir dos escritos da *Formação*⁶ e da própria ideia do conceito de cidade em si, como formulado por Candido. Exemplifiquemos a partir do trecho tirado dos *Parceiros*: se a existência do caipira é figura de um estado regredido de um elo maior (o português), só se pode presumir que o contato com o

de comunhão com tal definição, já que não há possibilidade de se imaginar a mulher negra em *Casa Grande & Senzala* que não esteja ligada a já uma construção direta com a vida sexual do menino de engenho sem que se considere sua vontade ou não de ali estar e, em Candido, o observado é o não questionamento da formulação total quando o mesmo olha para o caipira por dois motivos. O primeiro é a consideração de que o tempo da colonização não precisa mais ser discutido, pois os descendentes dos senhores de engenho hoje estariam simbolizados pela cidade cosmopolita (ver, mais adiante, a análise de "Radicalismos" [1990]) e, em segundo lugar, o problema a ser levado em consideração, o comportamento anômalo do menino caipira, é exatamente a proposição de que o surgimento de tal humano se dá por uma regressão civilizacional, advinda da miscigenação: o problema da zoofilia só passa a ser problema quando tal fato se dá no caipira, não no senhor de engenho que, além de tal iniciação, não tem como comportamento considerado um grande problema a violência baseada na antinegitude.

⁵ Como ressalta Melo (2014; 2020), *Casa Grande & Senzala* era o livro de Freyre que Candido gostaria de ter escrito.

⁶ Como destaca Moraes (2015), *Parceiros* e *Formação* foram escritos concomitantemente, o que talvez tire um pouco a impressão segundo a qual as "facetas" de um Candido-sociólogo e um Candido-literato existiriam também em etapas, quando do desaparecimento do primeiro implicaria o surgimento do segundo. Há uma leitura pensada a partir das metáforas botânicas na *Formação* em Ricotta (2017) e Penna (2020).

indígena significa distorção de uma ordem maior para a menor, sendo o responsável o próprio indígena por algo que ele somente é, que é o diferente; a formação desse novo estágio regredido, isolado do mundo, só pode ser construída porque está em correlação a algo que deve significar congregação, altos valores, boas refeições, que possuem como uma relação de causa e consequência (ou seja, a partir da determinação do meio, da raça, do homem) entre si, a partir do homem colonizador, da branquidão de seu ser e da cidade como epítome da civilização.

Fugir disso (do homem português, da cidade, do ser-europeu ainda que no Brasil) gera um descompasso na possibilidade de criar, em terras brasileiras, algo que possa ser novo e, ao mesmo tempo, parte da cultura da qual essa nova formação nacional bebe, como Candido ressalta mais de uma vez, através da utilização da seguinte alcunha: de forma natural (CANDIDO, 1990; 2006a; 2017a). Sendo assim, o que o autor observa de anormal, ainda que diga em um primeiro momento da impossibilidade de assim o caracterizar, para depois fazê-lo, tem também algo de projeto marcado, como da própria inocência do homem branco em Freyre: caso o contato com o indígena tivesse significado somente exclusão da diferença, e não contágio, contaminação, tal herança do bandeirantismo paulista não teria gerado como consequência um fruto regredido, o caipira. E é por ser o que é, regressão, que a exploração endogâmica de tal civilização aquém e além da história progressiva do homem europeu gera suas anomalias, na qual a ordem natural das coisas (a heteronormatividade prescrita, o ato normal do sexo com mulheres) deixa de ser a consequência ideal, podendo incorrer em adultos que levam esse primeiro estágio erótico zoofílico como traço final na vida adulta.

A matização chega a tal ponto que, para perceber a zoofilia não só como etapa justificável a partir dessa espécie de civilização regredida do bandeirantismo, Candido chega a reforçar que, caso o caipira seja acolhido pela civilização de uma forma adequada, natural para os âmbitos da cidade (metonimicamente, o Brasil já entendido enquanto projeto formado, nação feita após a independência e os anos de construção da identidade via literatura), pode chegar a ser considerado como boa a iniciação sexual a partir da violência contra o animal dado que isso, quando agora já elevado para a categoria do sexo normal (heterossexual), deixa de fazer com que o caipira, agora já homem da cidade, pratique algo que seus iguais executam de forma

exagerada e, portanto, também anormal: a masturbação, o exercício imaginativo. Por correlato, o abandono da diferença, a superação da contaminação com o laço inferior, o indígena, faz da nação algo cujo rumo estaria mais alinhado ao seu mito fundacional grandioso criado a partir do homem português branco.

A condenação da masturbação/imaginação como reforço de um exercício degenerado a partir desse ato que retira o homem de seu caminho evolutivo natural, partindo do contato sexual com cabras, ovelhas e porcos, tendo como ponto de chegada a mulher (que aqui, aparentemente, pode deixar de ter seu lado ouvido, ou a necessidade de consenso para o ato mantido, já que equiparada ao animal; o que deixa de correlato a pergunta, afinal, de onde estaria a mulher negra⁷ no etapismo evolutivo de Candido), é o reforço da cidade em detrimento do campo, da homogeneização em detrimento da diferença dado que o passado colonial, ou seja, o exemplo do extermínio da diferença, para a implementação de algo bom (a cidade europeia), pode ser visto em outros textos: tanto em "Radicalismos" (1990), quanto em "Literatura e subdesenvolvimento" (2006a). Começamos a jornada comparativa pelo segundo, quando o autor diz que:

No tempo da catequese os missionários coloniais escreviam autos e poemas, em língua indígena ou em vernáculo, para tornar acessíveis ao catecúmeno os princípios da religião e da civilização metropolitana, por meio de formas literárias consagradas, equivalentes às que se destinavam ao homem culto de então. Em nosso tempo, uma catequese às avessas converte rapidamente o homem rural à sociedade urbana, por meio de recursos comunicativos que vão até à inculcação subliminar, impondo-lhe valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura. (CANDIDO, 2006a, p. 145).

⁷ Os motivos estariam explicados na nota em que se pensa o dado não visto de Candido em *Casa Grande & Senzala*. Destaca-se, no entanto, que tal pergunta, a ser levada a sério até às últimas consequências, exige reflexão em momento próprio e focado, o que este texto agora não pretende fazer, mas indica como caminho futuro para a produção de outros estudos a ainda serem feitos (incluindo-se nesta conta o próprio autor deste texto em questão). A conclusão do apagamento total da questão racial no Brasil como uma questão não relevante em Candido parte também da possibilidade de entender a divisão entre estudos literários e sociológicos, mas também busca evidenciar que, mesmo dentro das vertentes sociológicas do pensamento de Candido, tal questão nunca se configurou como relevante.

O caminho argumentativo de Candido a partir deste texto publicado em *A educação pela noite* (2006a) perpassa observações a respeito de movimentações literárias na América Latina que tenham dado conta de resolver, na forma, um problema estruturante do continente, quando facetas possivelmente ruins da colonização e do desenvolvimento desigual aparentemente poderiam aparecer, como também em "Literatura de dois gumes", presente no mesmo volume organizado pelo autor.⁸ No entanto, ao observarmos, como acima, que a colonização em si parece oferecer um certo tipo de resposta para o problema do subdesenvolvimento na América Latina, podemos nos indagar, afinal, que tipo de salvaguarda realmente acontece nos argumentos de Candido.

Se as "literaturas latino-americanas, como também as da América do Norte, são basicamente galhos das metropolitanas" e "o nosso vínculo placentário com as literaturas europeias, pois ele não é uma opção, mas um fato quase natural", só resta "sempre reconhecemos como natural a nossa inevitável dependência" (cf. CANDIDO, 2006a, p. 151-152), mostra-se que a segunda colonização possível (agora sim, a colonização má), só se daria caso as literaturas latino-americanas continuassem se aproximando da cultura massificada como exemplificada pelos Estados Unidos, as quais nada mais seriam que um ramo degenerativo da cultura europeia (essa sim, devendo ser seguida como exemplo de boa cultura, cujos frutos são lidos como bons, humanizadores).

E, assim, se as metáforas biologizantes fazem com que o argumento da naturalidade, ou seja, daquilo que ali sempre esteve e só precisava ser notado pela perspicácia do crítico, reforçasse um certo tipo de olhar para o vínculo entre colonizador e colonizado que suprime a violência e dá outro tom aos laços criados a partir dali. Candido ainda ressalta que:

é uma ilusão falar em supressão de contatos e influências. Mesmo porque, num momento em que a lei do mundo é a inter-relação e a interação, as utopias da originalidade isolacionista não subsistem mais no sentido de atitude patriótica, compreensível numa fase de formação nacional recente, que condicionava uma posição provinciana e umbilical (CANDIDO, 2006a, p. 153).

⁸ Para uma sobreposição dos dois, ver Moraes (2017).

As conclusões que o autor busca ressaltar colocam em um ponto de dependência mútua a partir da já citada interação e inter-relação de latinoamericanos (atrasados) e europeus (avançados), quando:

Atraso que, entretanto, no outro lado da medalha, propõe o que há de mais peculiar na realidade local, insinuando um regionalismo que, ao parecer afirmação da identidade nacional, pode ser na verdade um modo insuspeitado de oferecer à sensibilidade europeia o exotismo que ela desejava, como desfastio; e que se torna desta maneira forma aguda de dependência na independência. Com a perspectiva atual, parece que as duas tendências são solidárias e nascem da mesma situação de retardo ou subdesenvolvimento. (CANDIDO, 2006a, p. 156-157).

O que o faz chegar à máxima na qual os

melhores produtos da ficção brasileira foram sempre *urbanos*, as mais das vezes desprovidos de qualquer pitoresco, sendo que o seu maior representante, Machado de Assis, mostrava desde os anos de 1880 a fragilidade do descritivismo e da cor local, que banuiu dos seus livros extraordinariamente requintados. (CANDIDO, 2006a, p. 160; o destaque é do original).

A valoração de Candido recai em um receituário de que bons romances, cuja melhor caracterização nacional, ainda que reconhecidos os impasses, os atrasos, entraves e dificuldades na América Latina, teriam como melhor forma o aceite da naturalidade pela qual nossa literatura estaria ligada à europeia como algo orgânico, geracional, placentário, fundado e fincado aqui para que, em uma forma de superar nacionalismos tortos, teria como melhor receita para o sucesso, para a "boa literatura", algo que o autor já sugere como memorável e bom, desde a colonização. A adaptação da forma como os jesuítas faziam é a resposta, trazendo o local para dentro daquilo a ser tido como universal (ainda que o universo seja só e somente só o daquele vinculado a um certo tipo de terra, desconsiderando o tamanho do globo), reatualizando tanto local quanto universal, criando escalas de retroalimentação que fariam os dois campos cada vez mais codependentes, tendo essa estruturação algo tanto dado como certo, como também bom e almejavél para todas as literaturas que ainda se prenderiam a critérios da "cor local" que Machado de Assis, o maior exemplo a ser seguido, já havia banido de sua literatura.

A possibilidade de mudança, de novos ares revolucionários a partir da literatura, ganha correlato na Sociologia a partir de "Radicalismos" (1990), texto em cujo desenvolvimento Candido se detém a ler, através de Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim e Sérgio Buarque de Holanda, quais seriam as (melhores) formas possíveis para imaginar um mundo no qual a mudança social tivesse espaço (a revolução, partindo de pessoas revolucionárias, pela teoria marxista, para a implementação de um mundo outro) através da criação de uma dicotomia: radicalismo (regime da conciliação representativa) *versus* revolução (marxista). Se Nabuco é um exemplo de radical apenas na campanha abolicionista e os escritos de Bomfim, grande desconhecido para a historiografia da Sociologia e para os estudos literários (ponto visto em "Radicalismos" e "Literatura e subdesenvolvimento") perde força pelo uso de metáforas biologizantes, é Sérgio Buarque de Holanda aquele que representaria, já nas conclusões do texto de Candido, o melhor caminho do radicalismo brasileiro, afinal:

Com certo otimismo, ele indicava que o Brasil tinha elementos positivos para estabelecer uma democracia popular. Seriam: repulsa pela hierarquia, falta de base para o preconceito de cor e um argumento que parece mais sólido, a impossibilidade de fechar o caminho às tendências sociais de modernização, como o predomínio da cultura urbana e o cosmopolitismo, que são mais favoráveis às formas democráticas de convivência do que a herança agrária e o nacionalismo tradicionalista, muito vivo no tempo em que escreveu "Raízes do Brasil". (CANDIDO, 1990, p. 18).

Note-se, no entanto, que o argumento convincente para Candido não é a repulsa pela hierarquia ou a falta de base para o preconceito racial, mas sim a modernização, a cidade e a cultura urbana, que são os frutos daquilo a fundar também uma grande herança brasileira: o passado colonial, o extermínio indígena e a violência baseada na antinegitude. Os argumentos do autor, que já estamos perseguindo por três textos, colocam em subcategorias, quando muito aparecem, as possibilidades de questionar formas de sobrevivência do preconceito racial, da hierarquização de modelos de vida, civilização, formas literárias, o que já pode indicar, de certa forma, a existência de uma teoria prévia tida como certa que não entra em debate em Candido. Ao dar como resolvidas questões que estão aquém e além de seu escopo, o autor cria um esquema teórico a partir do próprio desprezo pela teoria (no sentido a dificilmente se observar nos textos do autor reflexões teóricas longas, quando muito somente o nome de algum autor,

de forma que ainda breve, mencionado, sendo poucas as citações diretas na fonte, etc.), no qual se estabelecem etapas nas quais, já dados como certos alguns pontos vencidos, não haveria porque se preocupar em sequer ler em outra chave que não aquelas desenvolvidas por Candido.

Isso se torna sintomático, por exemplo, quando o autor analisa, também em *A educação pela noite*, algumas passagens de diários de Lima Barreto, em que uma conclusão se segue da seguinte maneira:

Com efeito, a composição se organiza a partir desta metonímia extremamente eficaz, o sangue, por meio da qual a sua condição de mulato de origem modesta aparece dos dois lados, o pessoal e o social, pois a metonímia se metaforiza de certo modo, tresp dobrando-se, na medida em que o sangue representa não apenas a singularidade da sua pessoa, mas, num segundo nível, os pobres diabos dos quais se imagina parente e, no terceiro, **os senhores de sua avó, certamente seus próprios antepassados**. Fluindo do individual para o social, o sangue configura uma estirpe e vincula os outros dois esteios do trecho, a "poderosa nau" e seu correlativo terrestre, a "grande casa solarenga", desfeitas ou desgastadas pela ação da natureza = sociedade. Quando **íntegras**, elas representavam o sistema familiar com seus bens, poder, **escravos**, agregados. Fragmentadas, arruinadas, correspondem aos descendentes anônimos que restaram. Neste momento o escritor se identifica como representante da casa-nau (estirpe e instituição), num orgulho afirmativo de quem conhece o próprio valor e constata que, daquele passado, social e economicamente forte e vistoso, resta ele como produto extremo. **É uma expansão íntima e ao mesmo tempo uma análise metafórica da sociedade brasileira, na qual existia e sob muitos aspectos existe a ligação profunda, inclusive pelo sangue, entre dominadores e dominados, antagônicos no seu destino social.** (CANDIDO, 2006a, p. 46; grifos nossos).

Recorro a duas citações, uma que é o trecho de *Diário íntimo*, de Lima Barreto, da maneira como Candido o cita;⁹ a segunda será uma parte inicial de "Radicalismos". Começando pelo texto de Lima Barreto:

[...] não pude deixar de procurar, nos traços de um molequinho que me cortou o caminho, algumas vagas semelhanças com os meus. Quem sabe eu não tinha parentes, quem sabe se não havia gente do meu sangue naqueles párias que passavam cheios de

⁹ Retirei, no entanto, a hipercorreção (uso do "sic") que Candido faz nos textos de Barreto. Tal retirada se dá pela inquietação de que tal postura reforça, mais uma vez, uma imposição segundo a qual aquilo que Barreto faz com a linguagem é necessariamente tido como erro por ser um homem negro. Pensemos na possibilidade, por exemplo, de se corrigir Guimarães Rosa: isso teria lugar? Seria possível imaginar que Rosa pode ser corrigido em nome de certo padrão da língua? Isso não reflete uma imposição que, ao compararmos Barreto e Rosa, já não escancara o problema?

melancolia, passivos e indiferentes, como fragmentos de uma poderosa nau que as grandes forças da natureza desfizeram e cujos pedaços vão pelo oceano afora, sem consciência do seu destino e da sua força interior. Entretanto, embora enchesse-me de tristeza o seu estado, eu não pude deixar de lembrar-me, sem algum orgulho, que o meu sangue, parente do seu, depois de volta de três quartos de século, voltava àquelas paragens radiante de mocidade, saturado de noções superiores, sonhando grandes destinos, para ser recebido em casa de pessoas que, se não foram senhores dele, durante algum tempo, tinha-o sido de outrem da mesma origem que o meu. Eu vi também pelo caminho uma grande casa solarenga, em meio de um grande terreno, murado com um forte muro de pedra e cal. Estava em abandono, grandes panos de muro caídos e as aberturas fechadas com frágeis cercas de bambus. Eu me lembrei que a grande família, de cuja escravatura saíra minha avó, tinha-se extinguido, e que deles, diretamente pelos laços de sangue ou de adoção, só restavam um punhado de mulatos, muitos, trinta ou mais, de várias condições, e eu era o que mais prometia e o que mais ambições tinha. (BARRETO *apud* CANDIDO, 2006a, p. 45-46).

Dado que, para Candido, não parece se tornar questão o problema racial ao longo de sua carreira enquanto crítico, ao bater pela forma de contraste o dito por Barreto e o analisado por Candido, não se torna invisível a diferença que levar em consideração o privilégio da construção pensada toda em volta da brancura, em Candido, traz como resultado: o apagamento da diferença na leitura de Barreto, mas não só. Digo "mas não só" porque a chave do apagamento do diferente também aparece em "Literatura e subdesenvolvimento", com outros termos.¹⁰

Se, em "Literatura e subdesenvolvimento", o escritor latino-americano deve conseguir saltar do local para o universal de modo que tenha a forma já um curto-circuito em um círculo vicioso no qual o importado é relido e reenviado para a forma de origem de modo que o objetivo final da cultura da colônia é, mesmo após sua formação enquanto nação independente, reconhecer seu lugar subsumido à grande história das narrativas (das boas narrativas, sempre como sinônimo de europeias) que a antecedem¹¹ e, assim, seu *modus operandi* é algo que a define para existir no cânone da civilização (não ocidental,¹² mas sim europeia), na leitura de

¹⁰ A sobreposição e a mudança de termos que continuam comprovando as ideias de etapismo e superação em Candido podem ser vistas em Moraes (2015).

¹¹ O que em muito lembra o projeto para Literatura Mundial, de Franco Moretti (2000).

¹² Evito utilizar o termo "ocidente" porque, ainda que a construção de certa tendência sobre o significado de ocidental (ver Melo, 2020) possa transformar em equivalentes as formas de pensar, não deixam de existir, dentro da separação geográfica a delimitar o que é o Ocidente e o que é o Oriente, muitos outros ocidentes que não

Candido a respeito de Barreto o que se vê é a equalização em curto-circuito de trabalhadores livres com escravizados, como se a questão racial pudesse ser subsumida, transformando todo e qualquer trabalhador livre sob o regime de exploração do capitalismo em um trabalhador tal qual viveram escravizados no Brasil Colonial.¹³

Só se é possível afirmar como faz o crítico, a partir de um local que transforma em universal uma característica que está inscrita através de um palimpsesto (a branquitude), que os grandes dias dos quais Barreto descenderia se perderam, a natureza = sociedade cuja integridade residia também na própria posse de escravos e que, agora, em sua decadência, restam os anônimos descendentes dessa junção, sem mencionar a violência do sequestro e a escravização africana, das formações da miscigenação em território brasileiro. Candido consegue ler em Barreto uma espécie de orgulho da linhagem da casa-nau¹⁴ e atribuir ao anonimato de tantos descendentes da violência à qual passaram tantos também não nomeados (nem, porventura, nomeáveis, pelo apagamento do registro a partir da colonização) uma espécie de decadência de tal áureo passado a partir de uma inversão dos próprios valores mencionados no trecho de Barreto.

caberiam na formação do chamado de ocidente hoje (ver Nandy, 2015), muito no esteio da publicação de *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de Edward Said (2007).

¹³ Sendo, no entanto, o ponto total da argumentação de Barreto o fato de que o Brasil ao qual o autor tinha acesso ainda vivia em um tempo no qual a escravidão não havia passado, cujas consequências estavam presentes e encontrar pessoas com quem Lima Barreto se via em uma relação de semelhantes fazia com que todo este raciocínio, a sobrevida da escravidão (HARTMAN, 2021), tivesse espaço exatamente pela marcação da desigualdade racial, fato obliterado por Candido ao sugerir que a única forma de se entender a configuração ali presente fosse em termos de classe, nunca de raça (como se aquilo que já está sendo sugerido desde o início deste texto, a marcação constante da branquitude nos escritos e nos esquemas de Candido não fossem também formas de se manter o discurso a respeito da racialidade). Como em Hartman (2021, p. 13): "Eu queria me envolver com o passado, sabendo que seus riscos e perigos ainda nos ameaçavam e que ainda agora existem vidas por um triz. A escravidão estabeleceu uma medida humana e um ranking de vida e valor que ainda têm de ser desconstruídos. Se a escravidão persiste como uma questão na vida política dos afro-americanos, não é por causa de uma obsessão antiquada com o passado ou o peso de uma memória muito longa, mas porque as vidas negras ainda estão sob perigo e ainda são desvalorizadas por um cálculo racial e uma aritmética política que foram entrincheirados séculos atrás. Esta é a sobrevida da escravidão - oportunidades de vida incertas, acesso limitado à saúde e à educação, morte prematura, encarceramento e pobreza."

¹⁴ Sem sequer relacionar os dois termos, graças ao sumiço da questão racial: casa-nau, a Casa (Grande) representada pela nau (o navio negroiro).

A melancolia e a tristeza dos muitos que passam ao seu redor e que, porventura, teriam em Barreto uma possibilidade de parentesco distante não parecem ser sinais de uma visão nostálgica do autor a partir de uma grande nau que simbolizaria a herança colonial, de maneira que o passado fosse ali símbolo elogioso a partir do solapamento da crueldade pela qual seus antepassados teriam passado, mas sim um sinal de liberdade sequestrada que, atravessando oceanos e experimentando séculos de violência, cria uma história de gerações sem nome, até mesmo pela impossibilidade de se criar laços através da nomeação dos antepassados, dos quais não se pode ter registro dado o sequestro e a manutenção da violência escravista. Barreto simbolizaria, então, através da narrativa de si, uma outra forma de conseguir reelaborar sua própria história, não por ser uma espécie de metonímia extrema do que haveria ainda de bom em um passado tão violento, mas naquilo que ele poderia ser a partir dali, do momento em que se experienciaria a vida como livre,¹⁵ apre(e)ndendo o que tal adjetivo significaria através de alguém que (re)lembra o passado dado por Candido como vencido, superado.

Voltando, por fim, aos trechos iniciais de "Radicalismos":

Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele [o radicalismo] não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. [...] Glosando os termos desse diálogo célebre, dir-se-ia que o radical é sobretudo um revoltado, e embora o seu pensamento possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras. [...] No entanto, em países como o Brasil o radical pode ter papel - transformador de relevo, porque é capaz de avançar realmente, embora até certo ponto. Deste modo pode atenuar o imenso arbítrio das classes dominantes e, mais ainda, abrir caminho para soluções que, além de abalar a rija cidadela conservadora, contribuem para uma eventual ação revolucionária. Isso porque nos países subdesenvolvidos, marcados pela extrema desigualdade econômica e social, o nível de consciência política do povo não corresponde à sua potencialidade revolucionária. Nessas condições o radical pode assumir papel relevante para suscitar e desenvolver esta consciência e para definir as medidas progressistas mais avançadas no *que for possível*. Digamos que ele pode tornar-se um agente do *possível* mais avançado. (CANDIDO, 1990, p. 4-6; os itálicos são do original).

¹⁵ Como parece ser o caso em outro escrito de Barreto, a crônica "Maio" (1956).

Ainda que exista possibilidade a partir dessa pequena introdução criada por Candido para explicar a não existência do pensamento revolucionário no Brasil, o que vai se tornando evidente, a partir do momento no qual qualquer chance de revolução vai desaparecendo ao longo dos exemplos (Nabuco, Bomfim e Holanda), é que aquilo a ganhar força e destaque, mais uma vez, é a chance de defender uma ideia de cidade como a forma de progresso e ingresso ao cosmopolitismo que Candido, agora através de Sérgio Buarque de Holanda, diz ser possível e almejavél, muito menos do que o fim da hierarquia ou uma sociedade livre de preconceito racial.

O que se torna possível de ver, a partir da defesa da modernização como solução mais avançada possível (a não se perder de vista, o universalizado para Candido é, via de regra, aquilo a ser visto no continente europeu como representativo do bom), é que aquilo a ser almejado se torna um prolongamento da ideia defendida por um primeiro Marx inocente, crente na possibilidade da representação intelectual dos oprimidos (como ressalta Spivak, 1995), o que, para permanecermos com as possibilidades de crítica da autora, significa, necessariamente, reforço epistêmico da exclusão da diferença a partir de uma noção salvacionista dependente de dois termos: o filósofo homem e a branquitude (SPIVAK, 2010).

Em Candido, se aquilo a tornar o mundo brasileiro o melhor possível (ou seja, modernizado, mas não livre de hierarquias, nem do preconceito racial, dado que seu ideal de humano suprime as diferenças a partir de um ideário de inclusão excludente) é a cidade através da representação do intelectual nascido na classe oligárquica, a possível traição de classe destacada pelo autor, na verdade, se dá a partir da conciliação dos interesses possíveis, ainda que signifique certo ódio possível vindo da classe detentora dos meios e que, no texto, não parece despertar, a partir do povo a ser representado, nada além de gratidão, afinal, o trabalhador é a categoria desorganizada e desarticulada sem ciência de o que quer, validando, assim, a necessidade da representação intelectual, passando por um processo de autojustificação viciosa em um círculo hermenêutico. O intelectual radical existe porque se destaca, entre os seus, como uma espécie de luz no fim do túnel capacitado, a partir do momento no qual convence a população de sua necessidade representativa, a auxiliar, educar o povo a respeito de suas

deficiências no sistema capitalista, por aquilo que são explorados e, dado o convencimento de que é disso que se trata a necessidade do povo (representação), tal intelectual radical passa a ser justificado de sua existência e, assim, se torna aquilo a representar os interesses possíveis a partir da conciliação.

No entanto, para permanecermos na dicotomia que Candido cria para justificar a impossibilidade de revolução, apostando, no fim, que é a cidade e a democracia (neoliberal) aquilo a ser a melhor a forma possível de governo, pensemos um pouco naquilo a propriamente definir radical, tanto pelo autor, quanto pelo dicionário. Se aquilo que é radical pode significar, em diferentes acepções, tanto o que toma postura contrária ao estabelecido a ponto de ser considerado uma ameaça à estabilidade e, ao mesmo tempo, a depender da língua, pode ser aquilo que está diretamente ligado à raiz (NATALI, 2006), à origem (pensemos em morfologia), o intelectual radical se tornaria algo, no mínimo, aporético. Quando pensamos, ainda, que aquilo a ser destacado como a melhor forma possível, de acordo com os exemplos de Candido, é a conciliação através da democracia neoliberal, tendo os lados conciliados um frágil vínculo cujo elo representacional é o intelectual radical, se poderia concluir algo como: a manutenção do *status quo* não presume mudanças de fato relevantes quando se pensa a partir do lado explorado, ainda mais ao se considerar opressões e segregações diferentes, conforme se expande o signo e o significante de classe trabalhadora para todas as outras possíveis opressões ainda presentes dentro da própria democracia neoliberal (SPIVAK, 2010).

A função da teoria, então, a partir do projeto crítico-intelectual de Antonio Candido, se torna uma movimentação das dicotomias a prolongar a vigência do sistema que gera os próprios intelectuais radicais e mantém o sistema de fidelidade de acordo com uma ideia de representação que pressupõe a própria não necessidade de ouvir e pensar a partir do local de enunciação do subalterno, pois caracteriza o intelectual radical como a fonte principal de enunciação e garante a ele (o homem branco salvacionista, cujo destino manifesto é o fardo da representação) a exclusividade da tomada de decisão a partir do círculo hermenêutico-vicioso que o gera e o justifica. A teoria radical, ao invés de ter a forma possível de extinguir aquilo que poderia denunciar, faz de si uma maneira de prolongamento das questões que suprimem o

debate a partir de quaisquer outros termos que não os de uma possível fortuna marxista ainda distante dos escritos finais de Marx (SPIVAK, 1995) e, assim, faz com que o próprio âmbito de expectativas continue fechado e dedicado à manutenção da exploração e da não discussão daquilo a ser a própria base do sistema que o forma: a violência racial e a figura do homem branco como o centro da formulação do que importa (COLEBROOK, 2021).

Sendo assim, o intelectual radical de Antonio Candido é um intelectual a favor da raiz: o curto-circuito da retroalimentação de sua própria existência chegaria a gerar, a partir de um eixo central (a raiz da Casa Grande oligárquica), fios auxiliares que, em termos botânicos, seriam codependentes da raiz, ainda que dela se afastassem (corta-se a raiz, cortam-se os fios auxiliares). Além disso, meristemas apicais radicais (ou seja, da raiz), só podem crescer e manter a sustentação de sua organização a partir de uma forma: sempre para baixo, sempre mais distante da terra. Se o intelectual radical é aquele a presumir o que o povo precisa e, a partir de um sistema de representação que o justifica ao mesmo tempo em que o funda, fala a partir dele, o melhor cenário possível de Antonio Candido continua sendo aquele a fazer com que a diferença de poder e acesso se mantenha não só da maneira como está, mas também se estabeleça enquanto algo a durar, ganhar mais fomento, afinal, a raiz continua presente, demarcada, com o acesso e a posse de tudo aquilo que poderia, em certo modo, passar a ser dividido de forma desigual com os recém-chegados via representação do intelectual radical. O visto, no entanto, é que a própria ação de tal ser ilustrado é o que aprofunda e garante que os diferentes permaneçam como são: diferentes, sem acesso, sem posse, estruturalmente excluídos, pois só poderiam receber aquilo a ser tido como o que precisam a partir dos olhos de quem não vê o mundo da forma como os excluídos veem, mas sim através de uma representação (fantasia, como em uma peça de teatro) daquilo que se precisa.

A fantasia da representação é, inclusive, o que fecha o ciclo das etapas a serem demonstradas em Antonio Candido quando chegamos no ponto determinado pelo mesmo como o melhor possível: o acesso à literatura canônica como direito humano e a sala de aula como representação de algo unilateral no entendimento do ensino de literatura.

Convidado a apresentar uma fala que versasse sobre o tema "literatura e direitos humanos", Antonio Candido traria como proposta aquilo a ser conhecido como o texto "O direito à literatura" (2011). O crítico entende como direito humano uma categoria a ser considerada universal e engloba, assim, bens incompreensíveis pelos quais se deve lutar, por garantirem mais do que uma espécie de sobrevivência, mas sim de integridade espiritual: para Candido, são "incompreensíveis a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão, etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura." (CANDIDO, 2011, p. 176).

No entanto, as descrições que, em um primeiro momento, indicam a já universalidade, a integridade espiritual como garantia de todos, passam por um processo diferente por já suporem uma possibilidade de exclusão quando se vê, algumas páginas adiante, algo que é próprio da literatura e cuja função

está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador por que contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 2011, p. 178-179).

Mais adiante, Candido evidencia que entende por humanização:

o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 2011, p. 182).

O que se desenrola a partir disso é a análise contrastiva entre um dito popular e versos de Tomás Antonio Gonzaga, além de causos narrados por Antonio Candido em sua tenra infância, quando o mesmo lia em voz alta *Amor de Perdição* para pobres e analfabetos e reconhecia ali, nos olhos dos subalternos, que isso era o fermento necessário para uma possível

humanização, através do qual podemos ver o etapismo dentro do raciocínio do crítico:¹⁶ se os versos de Gonzaga e a leitura do romance português oferecem muito mais sustentação para uma nova humanidade no porvir, o dito popular, assim como o canto do índio à chuva (e como acrescenta Moraes [2017], toda a estrutura de ensino através da oralidade, com destaque para provérbios africanos), carecem de potencial humanizador por não cumprirem da melhor forma possível (de acordo com o crítico) os 3 ditames necessários para a literatura, através de sua análise.

Candido confirma sua teoria enquanto analisa formalmente o poema e rememora os olhares desejosos por mais dos humanos menos humanos que ajudara a salvar (ou que assim o narra) a partir da literatura canônica, em contraste com a falta de matéria que o ditado popular oferece (sem mencionar que, na linha evolutiva do canto para a chuva à *Amor de Perdição*, é somente o segundo que é exemplificado, descrito, enquanto o primeiro é meramente citado sem especificidade alguma), de modo que encerra o raciocínio, em seu texto:

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 2011, p. 193).

As conclusões, todavia, por mais que estejam vinculadas a um ideário de justiça, baseiam-se em premissas evolucionistas que preveem, a partir do etapismo, a cooptação do diferente para o modelo pré-estabelecido (a literatura canônica vinda do modelo europeu) e busca, defendendo a possibilidade de humanização, que certos humanos (em detrimento de outros) precisam (de acordo com os olhos daquele que já se encontraria em uma posição melhor no etapismo, o crítico, quase sobrehumano) desse potencial humanizador da literatura erudita (MORAES, 2017). Pressupor, também, que tudo passa a ser literatura desde que haja ali um

¹⁶ Análises mais atentas e demoradas em "O direito à literatura" podem ser vistos em Moraes (2015; 2017) e Natali (2020).

humano (CANDIDO, 2011), somente traria como consequência um alargamento do escopo da definição de literatura que passaria, assim, a esconder suas raízes e a possibilidade de dominação do conceito, apagando o que há de diferente em outras produções culturais que não necessariamente precisam ser entendidas enquanto literatura (NATALI, 2020) para que sejam defendidas como patrimônio da história brasileira.

No entanto, defendê-las enquanto patrimônio exigiria do crítico algo que o modelo etapista de Candido não permite: entender a diferença como algo que ela é, diferente, não como problema cuja obrigação é ser resolvido a partir de um conflito local vs. universal que sempre privilegia o segundo em detrimento do primeiro e só entende a possibilidade de aceitação da própria humanidade plena dos humanos ali presentes desde que os mesmos se coloquem nos termos estabelecidos pelo autor. Afinal, se a literatura humaniza, ela necessariamente precisa diferenciar entre mais e menos humanos (MORAES, 2017), entre aqueles que, como os caipiras em *Os parceiros do Rio Bonito*, estão em um estágio que beira o anormal dentro da normalidade, mas que ainda podem ser cooptados pelo intelectual branco radical cosmopolita, já símbolo da cidade, dado que é o segundo o capacitado para, via representação, estabelecer quais são os pontos nos quais tal ser humano menos humano pode, alimentado de forma correta (aqui, entendido como o projeto da introdução da cultura erudita, o alimento da alma), vir a ser mais humano, deixando de lado o passado do "mínimo".

Os argumentos etapistas, através da criação de um espaço que privilegia o pensamento dicotômico em busca de uma resposta baseada no regime do "nem um, nem outro", ou seja, da conciliação, como visto até aqui, acabam por privilegiar um certo tipo de resposta ligado à tradição que, invariavelmente, mesmo quando passa por algum tipo de questionamento, volta a se filiar por ler aquilo advindo como herança da colonização como algo ulteriormente bom, dotado de potencial humanizador que povos subalternos (o negro, o indígena) têm como necessariamente falta, característica cuja contaminação gera regresso na descendência. A maneira como isso se duplica, no entanto, passa também por uma torção argumentativa que transforma tudo isso em natural, placentário, dado que o produzido em terras brasileiras, depois de superados nacionalismos tolos, tem caráter imanente de dívida com as benesses obtidas após

a colonização e questionar tal fato é questionar o óbvio, aquilo que está lá, basta querer ver: isso se intensifica quando argumentos em prol da reforma agrária (em *Os parceiros do Rio Bonito*) ou mesmo através dos direitos humanos (em "O direito à literatura") fazem com que uma concepção evolucionista e excludente de justiça se confunda com um pedido de atenção para tais símbolos (a cidade, a literatura culta) como epítomes da civilização que precisam ser defendidos (MORAES, 2015), ainda que não se saiba, presumidamente, de quem.

E é no espaço universitário, através dos documentos e análises deixadas por Candido, reunidos no volume *Na sala de aula* (2017b),¹⁷ que tal argumentação e teorização da obviedade da naturalidade de seu olhar podem ser emulados, imitados, seguidos, como vemos na exposição do autor a respeito do poema "Rondó dos cavalinhos", de Manuel Bandeira; sigamos três cenas que destaco:

É fácil verificar que o segundo verso sugere um forte movimento de galope, que ficará altamente sugestivo (e mesmo imitativo) **se o acentuarmos intencionalmente de maneira exagerada**, extraído, por assim dizer, do staccato, a força virtual de um galope, **que a nossa leitura obriga a manifestar-se. Com isso, passamos de uma atitude meramente descritiva para uma atitude conclusiva.** O levantamento dos traços materiais permite começar a compreender o poema em nível de maior exigência interpretativa. (CANDIDO, 2017b, p. 73, grifos nossos).

Assim como em:

Recapitulando: começamos pelo exercício do ouvido, tentando captar o ritmo correto de leitura; passamos à estrutura gramatical, para ver que o ritmo corresponde à mudança de função do substantivo, **impondo uma pontuação obrigatória**; chegamos a concluir que o significado se manifesta como função dos elementos estruturais, **desde que sejam percebidos numa perspectiva adequada.** (CANDIDO, 2017b, p. 74, grifos nossos).

E que se encerra:

Com efeito, a contradição estabelecida pelo ritmo perturba a verificação "normal" e **obriga** a ler assim: "os inofensivos cavalos, delicadamente deslizando na pista conforme a visão a distância, são seres inocentes, domesticados para nos divertirem, a nós, homens, que na verdade somos mais brutos do que eles, e comemos comodamente em meio às iniquidades e frustrações do mundo, enquanto eles se esbofam". (CANDIDO, 2017b, p. 75, grifo nosso).

¹⁷ Agradeço a Marcos Natali pela apresentação deste texto em uma aula na Universidade de São Paulo.

As contradições entre forma e conteúdo são superadas a partir do momento em que o crítico acentua de maneira exagerada e obriga certa forma de entender o som dos galopes, o ritmo correto da leitura, passando para a observação das estruturas gramaticais, impondo pontuação obrigatória em uma perspectiva adequada que desemboca em uma verificação normal perturbada cuja consequência é a obrigatoriedade de uma leitura: a formulação final de *Candido* é a somatória de uma série de exageros, construções forçadas e obrigações pontuadas por ele mesmo como algo que, dado o exercício ali de leitura, são naturalizados e transferidos, no final, para o próprio texto, como se, em duas páginas, fosse possível ou permitido esquecer que ali houve intervenção efetivamente dita como construída para que se chegasse em um determinado ponto, à produção do texto analítico, dado que o ensino de crítica pressupõe, ali, consenso na posição hierárquica de ensinador *versus* aprendiz, detentor do saber *versus* receptor, sem possibilidade de questionamento, dado que o visto ali é natural, criado de forma orgânica, **"desde que sejam percebidos numa perspectiva adequada"** (CANDIDO, 2017b, p. 74, grifo nosso).

O projeto de *Candido* reitera uma dicotomia entre algo a ser verificado "normalmente", ainda que não se diga do que se trata tal normalidade, a partir do momento em que cria toda uma concepção de novo normal para o olhar do crítico que é construído a partir da leitura e faz, ao final, parecer que tudo aquilo é simplesmente imanente e não há treino, receituário mesmo, metodologia a ser emulada para que a leitura chegue em certa construção na qual, aparentemente, parece independe do feito de fato: seguindo tais passos, o ouvido, a gramática e o impulsionamento forçado das dicotomias, há de ser interpretado todo e qualquer poema, tendo o texto como ponto de partida e retorno, no curto-circuito hermenêutico, mesmo se isso busque esconder a violência da episteme que tenta se naturalizar enquanto imanência, deixando de lado o fato de haver um olho vendo de certa maneira o poema e buscando transplantá-lo, via ensino, como a única forma, aquela que é quase obrigada pelo texto (e não quem o obriga) a falar de certa forma, a ter certa função.

Esse vocabulário, por fim, é o que tira também da própria chance de leitura a construção de algo a ser elaborado enquanto pluralidade: ao permanecer dizendo que tudo ali surgido é natural, imanentemente obrigando uma determinada leitura formulaica que parece oferecer ferramentas a serem somente reduplicadas em outros textos, o projeto de Candido, agora na face didática, retira de cena, após a exclusão da diferença, a outra forma de possível questionamento, o dissenso, e reitera que o ali feito é o correto através de algo a quase aparecer como brotamento de dentro das consequências da leitura, omitindo neste palimpsesto os movimentos anteriores, a superação das etapas em busca de um objetivo, que é a formulação e a formação de algo a ser seguido, observado e emulado, sem a necessidade de questionamento.

3. Conclusão

O texto buscou demonstrar, a partir de alguns escritos de Antonio Candido ao longo de sua carreira enquanto crítico, que sua formulação etapista elaborava uma mirada em um ideal de progresso, ainda que se misturasse a ideários de justiça social, baseando-se em premissas omitidas em que inclusão, muitas vezes, significaria submissão à hierarquia (branca), na qual o pólo não questionado como universalizado mantém a própria natureza da segregação a identificar o particular enquanto tal e o reforça como algo a ser superado.

Ao sugerir a naturalidade em uma cultura tida como menor, menos avançada que a outra, dado a existência da colonização como algo que estaria, de certa forma, prevista para acontecer por uma manutenção da diferença como algo ruim (visto que o contato com o diferente, como no caso da miscigenação decorrente da violência na colonização gera regressão do ideal europeu), o etapismo em Antonio Candido transforma uma possível inclusão, em primeiro plano discursivo, em uma disputa pela exclusão do diferente, dado que, se o universal possui em si um código que é tão restritivo quanto outro tido como particular (branco, europeu, cosmopolita, analítico em bases marxistas) o que se pode concluir, a partir da utilização extensiva de vocábulos voltados à Biologia (natural, placentário, da raiz) é a obrigatoriedade do consenso, dado que o feito pelo crítico não se caracterizaria como movimento teórico, mas

sim abertura para a obviedade. Quando Candido reforça em seus textos que o ali feito tem algo de meramente observacional, dado que a natureza e o natural poderiam ser entendidos como algo visto da mesma forma por toda e qualquer pessoa, o que se presume é a ausência de sequer a possibilidade de questionar o que é visto e por quais lentes quem olha e o que é olhar, mostrando que ali há, assim, de fato, elaborado uma teoria do olhar através da naturalização da descrição como teoria.

Por outro lado, ao dizer que algo é óbvio, tão facilmente observável e descritível por ser natural, o que também se pode supor, em Candido e em seu projeto intelectual, não é somente a exclusão da diferença a partir da inclusão evolucionista (MORAES, 2017), mas a determinação de que algo deve ser excluído de antemão: quando se determina algo como obrigatório, natural e mais avançado a partir de bases que são traduzidas a partir de ideais da branquitude (como o constante elogio à postura traduzida como universal representada em uma metonímia de europeu, branco, cosmopolita), tudo aquilo a ser considerado externo a isso não precisaria, de certa forma, ser sequer considerado, pois já é algo a ser ora superado, ora datado a ponto de não precisar ser levado em frente, nem estudado, validado como objeto para o projeto crítico-intelectual humanizador.

Aquilo, por fim, que parece apontar para uma pedagogia da exclusão através da universalização da diferença em Candido é o já visto no início, a partir de seus leitores que apreendem o modo de leitura do mestre e o aprofundam: dado que a diferenciação é prévia à própria descrição do que se pode ler e pensar a partir da produção do professor, o ensinado e o ensinável se repetem a partir dali, continuando a impossibilidade de dissenso, formulando em torno daquele que ensina uma aura de excepcionalidade aquém e além da crítica porque é esse mesmo movimento a premissa do projeto, garantir ao ideário universalizado enquanto algo restrito (porque baseado em pré-requisitos a serem preenchidos por pares idênticos a Candido ou que aprendam, no mínimo, a emular o que ali esteja dito) que deve ser seguido por ser descrito como natural, universal, humanizador daqueles a quem o destino manifesto, fardo do intelectual branco radical, busca atingir, cooptar e, também, excluir.

4. Referências

BARRETO, Lima. Maio. **Feiras e mafuás**: artigos e crônicas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 8, 1990.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a.

CANDIDO, Antonio. Crítica e Sociologia. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017a.

CANDIDO, Antonio. Carrossel. **Na sala de aula**: cadernos de análise literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017b.

COLEBROOK, Claire. Can Theory end the World? **Symploke**, v. 29, n. 1-2, p. 521-534, 2021.

FOUCAULT, Michel. Polemic: Monstrosities in Criticism. Tradução de Robert J. Matthews. **Diacritics**, v. 1, n. 1, p. 57-60, 1971.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. **Ditos e escritos**: ética, estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003.

HARTMAN, Saidiya. Seduction and the Ruses of Power. **Callaloo**, v. 19, n. 2, p. 537-560, 1996.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Tradução de José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

MELO, Alfredo César Barbosa de. Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira. **ALEA**, v. 16, n. 2, jul.-dez. 2014.

MELO, Alfredo César Barbosa de. A formação como nacional-ocidentalização. **Criação & Crítica**, n. 26, jun. 2020.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. **Para além das palavras**: representação e realidade em Antonio Candido. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. A função da literatura nos trópicos: notas sobre as premissas evolucionistas de Antonio Candido. **Cerrados**, v. 26, n. 45, 2017.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Resenha: Fonseca, Maria Augusta; Schwarz, Roberto (Orgs.). Antonio Candido 100 Anos. São Paulo: Editora 34, 2018 (496 P.). **Criação & Crítica**, n. 26, jun. 2020.

MORETTI, Franco. Conjeturas sobre a literatura mundial. Tradução de José Marcos Macedo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 58, p. 173-181, nov. 2000.

NANDY, Ashis. **A imaginação emancipatória**: desafios do século 21. Organização de Lucia Rabello de Castro; tradução de Joannes de Knecht. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NATALI, Marcos P. **A política da nostalgia**: um estudo das formas do passado. São Paulo: Nankin, 2006.

NATALI, Marcos P. **A literatura em questão**: sobre a responsabilidade da instituição literária. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

PÉCORA, Alcir. Polêmica sobre o barroco é datada e vã (2011). Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1903201122.htm>. Acesso em 31 ago. 2022.

PENNA, João Camilo. O método crítico de Antonio Candido. Tradução de Lúcia Ricotta. **Criação & Crítica**, n. 26, jun. 2020.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Literatura para todos. **Literatura e Sociedade**, v. 11, n. 9, 2006.

PILATI, Alexandre; CORPAS, Daniele dos Santos; ARAÚJO, Homero Vizeu. Apresentação. **Cerrados**, v. 26, n. 45, 2017.

RICOTTA, Lúcia. Entre raízes e arbustos: a forma arvoral da literatura e da cultura brasileira. **Revista USP**, n. 113, p. 133-149, abr. maio. jun. 2017.

RUFINONI, Simone Rossinetti. Notas sobre o método crítico de Antonio Candido. **Teresa**, revista de Literatura Brasileira, n. 18, p. 266-275, 2017.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. Ghostwriting. **Diacritics**, v. 25, n. 2, p. 65-84, 1995.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

DATA DE SUBMISSÃO: 2022-09-09

DATA DE APROVAÇÃO: 2022-11-19



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacion